LACERDA, Paula Mendes. 2015. *Meninos de Altamira: violência, “ luta” política e administração pública*

Rio de Janeiro: Garamond

Andreza Carvalho Ferreira

REFERÊNCIA

LACERDA, Paula Mendes. 2015. *Meninos de Altamira: violência, “ luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond. 328 pp.

1 Paula Mendes Lacerda defendeu a tese *O caso dos meninos emasculados de Altamira: polícia, justiça e movimento social* em março de 2012, orientada pela professora doutora Adriana de Resende Barreto Vianna no programa de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal trabalho foi publicado poucos anos depois com o título *Meninos de Altamira: violência, “ luta” política e administração pública* pela editora Garamond em 2015. O livro possui 328 páginas e sua estrutura conta com prefácio (escrito por Adriana Vianna), introdução, caminhos da pesquisa, cinco capítulos e perspectivas finais.

2 Na introdução, é possível acompanhar as trajetórias percorridas pela autora para se aproximar do caso e conhecer pessoalmente os familiares das vítimas do “caso dos meninos emasculados”. Em seu livro, Lacerda reúne elementos para entender como esse “caso” deixou de ser um caso para virar uma causa. Os casos tinham diversas recorrências, por exemplo, o ataque a crianças e adolescentes do sexo masculino. O conjunto de crimes ocorreu entre 1989 e 1993 em Altamira, no Pará. Os meninos de Altamira sofreram enumeras violências, mas, como a autora observa, “de todas as formas de violência [...], a ‘emasculação’ era a que mais chamava atenção por sua singularidade” (Lacerda, 2015:19).

3 Para os familiares das vítimas, os crimes significaram rupturas entre o passado e futuro, pois depois deles “tudo mudou”. Lacerda observou que, “ao contarem o crime contra seus meninos, os entrevistados narraram também sua trajetória de vida [...]” (Lacerda, 2015:39). Não apenas por isso, ao realizar entrevistas e conversar com os familiares, a autora deparou-se com momentos em que seus interlocutores sofriam ao relembrar, o que a fez pensar, em alguns episódios, se sua pesquisa era pertinente.

4 Lacerda comenta que o processo físico do caso, com mais de 20 mil páginas e mais de 60 volumes, era visto pelos funcionários do Tribunal de Justiça como tendo “carga negativa”. Os funcionários esperavam ansiosamente que o processo fosse removido para outro lugar, outra estante, outro arquivo. É interessante perceber que é difícil lidar com tanta brutalidade, até para pessoas que não tinham relação alguma com o caso. Os textos e os objetos relacionados ao caso evocavam violências e dor.

5 O primeiro capítulo tem o título “O caso dos meninos emasculados de Altamira” e traz contextualizações para que a leitora não apenas entenda o caso, mas também perceba sua construção. Neste sentido, a autora explicita a conformação do caso para os familiares, a polícia e a justiça.

6 A autora aciona a ideia de evento crítico, que seria um evento que marca uma distinção brusca entre o antes e o depois. Os crimes seriam eventos críticos para os familiares. Simultaneamente, o acúmulo de crimes parece ter sido um evento crítico para a cidade de Altamira e para a polícia da cidade. A similaridade nos casos fez com que eles virassem causa das famílias em busca de justiça.

7 Contudo, pela falta de solução e até pela falta de consenso entre número de vítimas, tipos de crime e mesmo a relação entre eles e os algozes, as narrativas dos familiares podem ser entendidas como “*unfinished stories*”, termo discutido por Veena Das no livro *Life and words: violence an the descent into the ordinary*, de 2007. A ideia de *unfinished story* também estaria muito ligada ao sentimento, ou à angústia de que tudo poderia acontecer de novo. O risco, o medo, a memória continuam em aberto.

8 “‘Então nós fomos para a rua!’ – os sentidos da mobilização” é o título do capítulo 2. Nele, são contextualizados históricos de mobilizações populares na região e, exatamente por isso, também é explicitado como outros grupos ajudaram na formação de um movimento popular para reivindicar justiça no caso dos meninos.

9 A militância neste caso tem várias interfaces. Faz parte do luto, ao mesmo tempo que possui outros sentidos, como viver, continuar e lutar. Estar na luta não significa vencer a causa, mas fazer o possível para continuar vivendo. Neste sentido, a militância é apresentada por alguns familiares como inevitável – “[...] a única saída possível – e como um trabalho constante de resistência e persistência, apesar dos desestímulos” (Lacerda, 2015:111).

10 O capítulo 3 é denominado “Recursos, estéticas e experiências: entre a dor e a política”. Neste capítulo, Lacerda dá atenção à militância das mães, ao mesmo tempo que observa como os familiares das vítimas se organizam em comitê e produzem formas de se expressar, como passeatas, caminhadas e vigílias. A autora compreende as manifestações em suas dimensões performáticas e simbólicas referenciando o britânico Victor Turner, em suas obras *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu* (2005) e *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana* (2008):

> [...] para quem os rituais não apenas comunicam mensagens, mas representam a dimensão viva e produtora de uma *communitas*. Tais como analisados pelo autor, os

> rituais possuem uma carga de excepcionalidade, funcionando como uma ruptura com o cotidiano. Os rituais representam formas de tornar visíveis, audíveis, críveis e tangíveis crenças, ideias, valores e sentimentos psicológicos que não seriam tão claramente observáveis na vida social comum. As formas de mobilizações que analisaremos neste sentido, representam o momento ritualístico no qual um sentimento vivido cotidianamente e de modo privado passa a ser público e coletivo (Lacerda, 2015:148).

11 Lacerda analisa as linguagens da mobilização em dois eixos: os atos e as falas. Entre os dois, há muito espaço para os diversos silêncios que não necessariamente representam a falta de um discurso, principalmente porque "a linguagem possui um limite que torna irreprodutível o sentimento e, deste modo, mediante a incapacidade de expressá-lo, o silêncio representa a única discursividade possível" (Lacerda, 2015:156).

12 Neste capítulo também é observado que, apesar de se organizarem como "familiares" das vítimas, a participação nas mobilizações era predominantemente feminina, onde as mães tinham protagonismo: "embora o feminino seja tradicionalmente dissociado do chamado 'mundo público', paradoxalmente, é a figura das mulheres que mais adquire visibilidade nesse processo" (Lacerda, 2015:172).

13 O capítulo 4, "A instrução policial", traz o encontro dos familiares com a primeira instância institucional que, na expectativa dessas famílias, deveria ajudá-los, mas "o espaço da delegacia, na memória dos familiares, era o cenário por excelência das situações vistas como 'desrespeitosas' ou humilhantes' [...]" (Lacerda, 2015:175).

14 A "luta por justiça" é o nome do quinto e último capítulo, que contextualiza e descreve mobilizações alguns anos depois dos crimes e desfechos legais do processo que tratava do caso dos meninos de Altamira. É o caso do ato "dez anos de impunidade", realizado em agosto de 1999, uma década depois do crime contra Fernando (02/08/1989).

15 Nos capítulos 4 e 5 é evidenciado e tensionado como o Estado e seus agentes podem produzir justiças e injustiças, em que, "para os familiares, a percepção geral é de que a Justiça não funcionava porque eles eram 'pobres' e os acusados eram 'ricos'" (Lacerda, 2015:256). Ao mesmo tempo, "a transformação de crimes contra meninos em uma 'causa' evidencia os instrumentos de resolução de conflitos disponíveis aos 'menos poderosos'" (Lacerda, 2015:255).

16 A descrição extensa dos crimes, tanto das vítimas quanto dos acusados, dá a impressão de que Paula Lacerda também investiga o caso. Talvez por ela não antecipar muitas informações, essa ideia de investigação possa ser fortificada. O livro reúne diversas informações sobre o caso, sendo uma forma de lembrar o ocorrido, de registrar, testemunhar e consolidar uma versão dessa história. O livro, sua antropologia e também a antropóloga passam a fazer parte do compêndio de narrativas, lembranças, arquivos e documentos.

17 Pela falta de notificações ou aviso de gatilhos (*trigger warning*) sobre o conteúdo nas descrições de crimes e violências (estruturais e institucionais), não recomendo a leitura para pessoas que possam ter desencadeamento de respostas emocionais e físicas ao lerem cenas de assédio moral, assédio sexual, violência médica, violência policial, perseguição, cárcere privado, sequestro, desaparecimento, tortura, mutilações, estupro e atentado violento ao pudor. Para as pessoas que se propuserem ou que puderem ler o livro, o mesmo traz contribuições interessantes para entender como a violência é compreendida tanto no passado como no presente e nas expectativas das pessoas, fazendo parte das trajetórias e modificando ansiedades, planos familiares e individuais.

18 Creio que o livro também traga informações relevantes sobre organização e manutenção de mobilizações de familiares e mães para pleitear Justiça e direitos. Tendo em perspectiva que existe certa recorrência em movimentos de mães contra injustiças, para quem estuda contextos próximos a estas temáticas, esta pode ser uma leitura muito inspiradora.

19 Metodologicamente, o trabalho é muito interessante, por, entre outras coisas, combinar diversos investimentos de campo da autora: processos, entrevistas, mobilizações, julgamentos e outros eventos compõem as disputas de narrativas observadas e reconstruídas por Paula Lacerda. Creio que a autora sintetiza com sucesso seu período de pesquisa, realizado entre 2008 e 2012.

AUTORES

ANDREZA CARVALHO FERREIRA

Mestranda no PPGAS/UnB
andrezabenila[at]gmail.com